

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.689 -
PR (2020/0058230-7)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
REQUERENTE : LUANA DE SOUZA REIS
ADVOGADOS : SÉRGIO WILSON MALDONADO E OUTRO(S) - PR024221
MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA - PR006450
REQUERIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : JOAO LEONEL ANTOCHESKI E OUTRO(S) - PR025730
REQUERIDO : MUNICIPIO DE CAMBE
ADVOGADO : ANTONIO GUILHERME DE ALMEIDA PORTUGAL -
PR031107

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei apresentado por LUANA DE SOUZA REIS, fundado no art. 18, § 3º, da Lei 12.153/2009, contra acórdão prolatado pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ fl. 305):

RECURSO INOMINADO. RECOLHIMENTO IPTU. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEORIA DA ASSERTÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. IPTU. COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO VIA BOLETO BANCÁRIO. ÔNUS DA PARTE AUTORA. DUAS PARCELAS. PRIMEIRO PAGAMENTO COMPROVADO. SEGUNDO PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. DOCUMENTO ILEGÍVEL. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. COBRANÇA PARCIALMENTE DEVIDA. A MERA COBRANÇA INDEVIDA NÃO GERA O DEVER DE INDENIZAR. ENUNCIADO 12.10 DAS TURMAS RECURSAIS. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

Nas suas razões (e-STJ fls. 411/420), a requerente alega que a posição adotada no acórdão ora impugnado divergiu da externada pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, nos autos do Processo 0714465-60.2017.8.07.0016.

Sustenta, em resumo, que a indevida inscrição em dívida ativa é causa suficiente para ensejar indenização por danos morais.

Impugnações apresentadas pelo Banco Bradesco S.A. (e-STJ fls. 543/551) e pelo Município de Cambé (e-STJ fls. 554/559)

Passo a decidir.

O presente incidente é manifestamente inadmissível.

Dispõe o art. 18 da Lei 12.153/2009 que "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material".

Ocorre que, no presente caso, a requerente não indicou o dispositivo de lei em face do qual residiria o alegado dissenso interpretativo, o que revela a deficiência da presente irresignação, nos termos da Súmula 284 do STF. Nesse mesmo sentido, *mutatis mutandis*: AgInt no REsp 1.576.110/SC, Rel. Ministro Benedito

Superior Tribunal de Justiça

Gonçalves, Primeira Turma, DJe 07/10/2016; AgInt no AREsp 935.731/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25/08/2016.

Não o bastante, a requerente também não procedeu ao devido cotejo analítico, visto que deixou de transcrever os trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, com a exposição das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a transcrição das ementas dos arestos apontados como paradigma. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.558.877/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/02/2016; AgRg no AREsp 752.892/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 04/11/2015.

Esse requisito ganha maior importância no presente caso, tendo em vista a peculiar circunstância identificada no acórdão impugnado de que, **"no presente caso, a cobrança foi indevida em relação a um dos débitos, mas não em relação a todos eles, havendo simples excesso de cobrança, e não cobrança integralmente indevida**, fato este que, aí sim, ensejaria a ocorrência de danos morais indenizáveis" (e-STJ fl. 351).

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido (art. 34, XVIII, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator